

Quadro de proposições em tramitação sobre custeio sindical

20/09/2021



QUEIROZ
Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

Quadro de proposições em tramitação sobre custeio sindical

A Queiroz Assessoria elaborou o presente quadro com a síntese de todas as matérias em tramitação no Congresso Nacional que versam sobre custeio sindical.

Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PL 7936/1986 | Do então senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) | 18/06/1986 | Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho CLT, no que se refere à contribuição sindical | Aguarda deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados. |
| PEC 71/1995 | Do então deputado Jovair Arantes (PSDB/GO) | 25/04/1995 | Proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsória dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical. | Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PEC 102/1995 | Do então deputado Luiz Carlos Hauly (PP/PR) | 23/05/1995 | Elimina a unicidade sindical, bem como, as contribuições sindicais obrigatórias. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PEC 247/2000 | Então deputado Glycon Terra Pinto (PMDB/MG) | 24/05/2000 | Proíbe a instituição de qualquer contribuição para os não filiados a sindicato, assim como o desconto em folha de pagamento de qualquer contribuição devida quando não autorizada pelo empregado. Altera o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal de 1988. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|--|--|
| PEC 252/2000 | Então deputado Ricardo Berzoini (PT/SP) | 30/05/2000 | Reformula a estrutura sindical; exclui o princípio da unicidade sindical e a contribuição sindical compulsória. Altera o art. 8º da Constituição Federal de 1988. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PEC 29/2003 | Do então deputado Maurício Rands (PT/PE) | 10/04/2003 | Institui a liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal. | Desarquivada em conformidade com o despacho de retificação exarado no Requerimento n.186/2019. |
| PEC 369/2005 | Poder Executivo | 04/03/2005 | Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podem os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos. Proposta da Reforma Sindical. | Apensada à PEC 314/2004 , que aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PL 4430/2008 | Então deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS) | 03/12/2008 | Dispõe sobre a organização sindical, o custeio das entidades sindicais e a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, e altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o diálogo social, a negociação coletiva e as convenções e acordos coletivos de trabalho. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 6688/2009 | Então senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) | 21/12/2009 | Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para fixar prazo para recolhimento da contribuição sindical. | Aguardando Parecer do Relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). |
| PL 5622/2009 | Deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT) | 14/07/2009 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios de representatividade para fins de destinação da contribuição sindical. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|--|---|
| PLP 599/2010 | Deputado Jefferson Campos (PSB/SP) | 14/06/2011 | Dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional do pagamento da contribuição sindical patronal. | Apensado ao PL 3/2007 , que aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). |
| PEC 531/2010 | Do então deputado Flávio Dino (PCdoB/MA) | 15/12/2010 | Altera dispositivos constitucionais para prever o recebimento pelas centrais sindicais da arrecadação oriunda de parcela das contribuições sindicais. | Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PL 1491/2011 | Deputado Laercio Oliveira (REPUBLIC/SE) | 01/06/2011 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de atualizar a base de cálculo da contribuição sindical patronal. | Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. |
| PLP 67/2011 | Deputado Jefferson Campos (PSB/SP) | 14/06/2011 | Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para dispensar as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional do pagamento da contribuição sindical patronal. | Apensado ao PL 3/2007 , que aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PEC 305/2013 | Do então deputado Augusto Carvalho (PPS/DF) | 02/09/2013 | Dá nova redação ao inciso IV, do art. 8º, e ao caput do art. 149, ambos da Constituição Federal, para extinguir a previsão da contribuição sindical compulsória. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PL 5945/2013 | Deputado Laercio Oliveira (PP/SE) | 11/07/2013 | Autoriza a execução extrajudicial dos créditos relativos à contribuição sindical. | Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PEC 179/2015 | Deputado Ricardo Izar (PSD/SP) | 09/12/2015 | Altera o artigo 8º da Constituição Federal para dispor sobre a contribuição sindical. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PLP 202/2015 | Deputado Laercio Oliveira (PP/SE) | 01/12/2015 | Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para Incluir a Contribuição Sindical Patronal no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. | Apensado ao PL 3/2007 , que aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|--|---|
| PLP 144/2015 | Do então deputado César Halum (PRB/TO) | 13/08/2015 | Altera § 3º do Art. 13 da Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para isentar as microempresas e empresas de pequeno porte da contribuição sindical de patrões e empregados. | Apensado ao PL 3/2007 , que aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). |
| PL 5479/2016 | Deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC) | 07/06/2016 | Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a transparência na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU. | Apensado ao PL4977/2016 , que aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 5150/2016 | Deputado Delegado Waldir (PR/GO) | 04/05/2016 | Trata da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União de aplicação de recursos provenientes de contribuição sindical. | Apensado ao PL4977/2016 , que aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PL 4977/2016 | Então deputado Alberto Fraga (DEM/DF) | 12/04/2016 | Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. | Aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PEC 277/2016 | Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) | 16/11/2016 | Dá nova redação ao inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, para vedar a imposição de qualquer contribuição a não associados ao sindicato. | Apensada à PEC 71/1995 que aguarda apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). |
| PL 5795/2016 | Comissão Especial destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical | 12/07/2016 | Altera os artigos 529, 530, 548, 580 e 592 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, acrescentando-lhe o art. 549-A e um Capítulo III-A; altera o art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e o art. 7º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre a contribuição negocial e dá outras providências. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|--|--|
| PL 7640/2017 | Então deputado Walter Ihoshi (PSD/SP) | 16/05/2017 | Altera a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais patronais, modifica a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 7654/2017 | Deputada Norma Ayub (DEM/ES) | 17/05/2017 | Dispõe sobre o recolhimento unificado, pelo empregador, das contribuições sociais e demais encargos incidentes sobre a remuneração do empregado, e dá outras providências. | Apensado ao PL 6100/2016 que aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 8639/2017 | Então deputado Marco Maia (PT/RS) | 20/09/2017 | Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a contribuição sindical. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 7709/2017 | Do então deputado Sandro Alex (PSD/PR) | 23/05/2017 | Dispõe sobre a transparência de informações administrativas e orçamentárias no âmbito das entidades sindicais e dá outras providências. | Apensado ao PL4977/2016 , que aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|-------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PL 7419/2017 | Do então deputado Adérmis Marini (PSDB/SP) | 18/04/2017 | Acrescenta o art. 593-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e altera a redação de dispositivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a obrigatoriedade de as entidades vinculadas ao sistema sindical prestarem contas e darem publicidade às informações relativas ao recebimento e aplicação dos recursos das contribuições de interesse das categorias econômicas e profissionais. | Apensado ao PL4977/2016 , que aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 9655/2018 | Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) | 28/02/2018 | Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT- aprovada pelo Decreto lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado terceirizado eleito para direção sindical | Aguardando designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 11206/2018 | Do então deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS) | 12/12/2018 | Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |



Câmara dos Deputados

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|---|----------------------|--|--|
| PL 5552/2019 | Deputado Lincoln Portela (PL/MG) | 16/10/2019 | Regulamenta o Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 4903/2019 | Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC/PR) | 05/09/2019 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 4114/2019 | Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) | 16/07/2019 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PL 1036/2019 | Deputado Paulo Teixeira (PT/SP) | 21/02/2019 | Altera a redação dos arts. 545, 578, 579, 582 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre o direito de oposição do trabalhador à contribuição sindical. | Apensado ao PL 6706/2009 , que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARI/GO), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). |
| PEC 196/2019 | Deputado Marcelo Ramos (PL/AM) | 11/11/2019 | Altera a atuação sindical no Brasil e cria o Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS), com participação paritária de trabalhadores e de empregadores. | Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa. |



Senado Federal

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|--|--|
| PLS 359/2018 | Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) | 08/08/2018 | Revoga a reforma trabalhista, conservando a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical. | Aguardando deliberação no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). |
| PLS 341/2018 | Então senador Lindbergh Farias (PT/RJ) | 12/07/2018 | Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuência do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências. | Aguardando designação de relator no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). |
| PLS 385/2016 | Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) | 19/10/2016 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências. | Aguardando a deliberação no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). |



Senado Federal

| Proposição | Autor | Data da apresentação | Ementa | Situação atual |
|------------------------------|--|----------------------|---|--|
| PLC 61/2016 | Deputado Laercio Oliveira (PP/SE) | 14/10/2016 | Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas. | Aguardando deliberação no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). |
| PL 4026/2019 | Então senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ) | 10/07/2019 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. | Aguardando designação de relatoria no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). |
| PDS 16/1984 | Da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados | 31/05/1949 | Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho. | Aguardando a deliberação no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). |



www.queirozassessoria.com.br

QUEIROZ

Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

Fale conosco:

Telefone: +55 61 3225.1804

E-mail: faleconosco@queirozassessoria.com.br

SBS Qd. 1 -Bloco K -Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407

Brasília-DF - CEP: 70.093-900